



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24/02/2014
(Contém folhas)

ATA Nº 04

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 24/02/2014

ATA Nº 04

----- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e catorze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, João dos Santos Alves, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 10 de fevereiro de 2014 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Sr. Presidente comunicou ao restante Executivo que, embora a terça-feira de Carnaval não conste da lista de feriados obrigatórios estipulados por lei, existe em Portugal uma tradição consolidada de organização de festas neste período, pelo que, determina, ao abrigo do disposto na al. a), do nº 2 do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 14 de setembro, conceder Tolerância de Ponto, no próximo dia 04 de março. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que, no âmbito da campanha "Portugal pela Floresta", tivemos a visita da Senhora Ministra da Agricultura e do Mar, Assunção Cristas, no passado dia 22, acompanhada pelo cantor e conterrâneo Tony



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Carreira e pelo Secretário de Estado das Florestas, para uma ação de sensibilização, valorização e defesa da floresta contra incêndios, levada a efeito em Fajão, que correu muito bem.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

Câmara Municipal de Elvas - Moção em Defesa dos Doentes Oncológicos

----- Foi presente um ofício da Câmara Municipal de Elvas, a remeter uma Moção aprovada em reunião de Câmara do Município de Elvas em 11 de dezembro de 2013, onde manifesta a sua total discordância com o teor do Despacho nº 13877-A/2013, de 30 de outubro e em defesa dos direitos dos doentes oncológicos. O Sr. Presidente deu a conhecer o teor da referida Moção ao restante Executivo. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

Comissão Distrital de Proteção Civil: Nomeação de Representantes

----- Foi presente um ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a comunicar que nos termos do disposto na Lei de Bases da Proteção Civil, os três representantes dos municípios do distrito de Coimbra designados pela ANMP para integrarem a Comissão Distrital de Proteção Civil, são: -----

----- Presidente da Câmara Municipal de Coimbra; -----

----- Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz; -----

----- Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 -RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 19 de fevereiro de 2014, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.923.782,41 € (Um milhão novecentos e vinte e três mil setecentos e oitenta e dois Euros e quarenta e um cêntimos); -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- De operações não orçamentais: 232.885,91€ (duzentos e trinta e dois mil oitocentos e oitenta e cinco Euros e noventa e um centavos), num total de: 2.167.232,01 €. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- O documento em apreço fica a fazer parte integrante desta ata. -----

2.1.2 - Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral

- Quota para o ano 2014

----- Foi presente uma comunicação da Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral, a solicitar o pagamento da quota de associado para o ano 2014, no valor de 160,00 €. -----

----- Após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral a referida importância. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.2.1 - BIKEAVENTURA - Associação de Ciclismo de Aveiro

- 1º TP DHI Pampilhosa da Serra

----- Na sequência do pedido de isenção do pagamento de taxas formulado pela BIKEAVENTURA - Associação de Ciclismo de Aveiro, relativamente à realização do 1º TP DHI Pampilhosa da Serra - Prova de BTT, na Variante Down-Hill, no dia 16 de março do corrente ano, foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria, do seguinte teor: -----

----- *"Face ao pretendido, nada obsta à emissão da licença. De acordo com as alíneas c) e f) do artº 8º do Regulamento Geral das Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, entende-se que poderão ser isentos do pagamento de todas as taxas respeitantes ao licenciamento. À consideração superior."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

3.1.1 - Aquisição de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2014

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " A presente informação é elaborada nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 125º do Código dos Contratos Públicos publicado no Decreto-lei nº 18/2008 de 29 de janeiro e republicado no Decreto-lei nº 278/2009 de 02 de outubro e com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 149/2012 de 12 de julho, constituindo o projeto de decisão de contratar a prestação de serviço mencionada no presente procedimento de contratação por ajuste direto, dado que somente foi apresentada uma única proposta. -----

----- 1. FIRMAS CONVIDADAS: -----

----- a) Cruz Martins & Pega Magro, SROC -----

----- b) João Cruzeiro, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda -----

----- c) Azevedo Coutinho, SROC, Unipessoal, Lda -----

----- 2. FIRMA QUE APRESENTOU PROPOSTA DE PREÇO: -----

----- CONCORRENTE Nº 1 - Cruz Martins & Pega Magro SROC, com sede na Urbanização Quinta das Rosas, Lote 2 - r/c- E, Covilhã, 6200-551 COVILHÃ, pelo valor total de 9.480,00 € (nove mil, quatrocentos e oitenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo máximo de prestação de serviço de 12 meses. -----

----- 3. CONCLUSÃO: -----

----- Após apreciação da única proposta recebida, verifica-se que a mesma cumpre com todos os requisitos do convite e caderno de encargos enviados aos concorrentes. -----

----- É pois entendimento destes serviços técnicos de obras que a prestação de serviços objeto do presente procedimento seja adjudicada ao concorrente **Cruz Martins & Pega Magro, SROC**, com sede na Urbanização Quinta das Rosas, Lote 2 - r/c- E, Covilhã, 6200-551 COVILHÃ, pelo valor total de 9.480,00 € (nove mil, quatrocentos e oitenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo máximo de prestação de serviço de 12 meses. -----

----- Nos termos do nº 2 do artº 125 do CCP, os serviços entendem ainda enviar a presente informação e demais documentos que compõem o processo de ajuste direto, ao órgão competente para decisão de contratar, cabendo a este, nos termos do nº 4 do artigo 124º, decidir sobre a aprovação da proposta contida na citada informação, nomeadamente para efeitos de adjudicação, após proposta da Câmara Municipal. -----

----- Informo ainda que caso a decisão de adjudicação seja tomada em conformidade com a proposta acima mencionada, no cumprimento do nº 1 do artº 76º e do artº 77º do CCP, deve tal decisão de adjudicação ser notificada ao concorrente. -----

----- Juntamente com a notificação de decisão de adjudicação deve-se ainda notificar o adjudicatário para: -----

----- a) no prazo de 10 (dez) dias, apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

do disposto no artº 81º do CCP e em conformidade com o ponto 14 do convite à apresentação de proposta. -----

----- b) no prazo de 10 (dez) dias, confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada. -----

----- O processo encontra-se devidamente instruído e a decisão final de adjudicação é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para decisão final de adjudicação. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.2 - Aquisição de bens e serviços ao abrigo de Acordos Quadro celebrados pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “Por deliberação tomada em reunião de 14/01/2014, do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, doravante designada por CIM-RC, foi aprovado o regulamento orgânico e de funcionamento da Central de Compras Eletrónica da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. -----

----- O Município integra a CIM-RC e de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 7º do regulamento atrás referido, está integrado na Central de Compras. -----

----- De acordo com o citado regulamento, a aquisição de bens e serviços ao abrigo de Acordos Quadro celebrados pela Central de Compras na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra é voluntário e facultativo, podendo o Município recorrer à mesma sempre e quando o entender adequado aos interesses do Município. -----

----- Atualmente encontram-se em vigor os seguintes acordos quadro: -----

----- a) Aquisição de Combustíveis em Bomba ou a Granel; -----

----- b) Aquisição de energia elétrica em BTE, BTN e MT; -----

----- c) Aquisição de refeições escolares; -----

----- d) Prestação de serviços de seguros de frota automóvel, acidentes de trabalho, acidentes pessoais de autarcas, acidentes pessoais de bombeiros e responsabilidade civil; -----

----- e) Aquisição de serviço de comunicações móveis terrestres; -----

----- No entanto, outros acordos quadros irão ser celebrados, de acordo com as necessidades que os municípios da CIM-RC vieram a manifestar. -----

----- Para contratar ao abrigo dos acordos quadros celebrados pela CIM-RC, o município terá de abrir um procedimento de ajuste direto e convidar as entidades que tiverem sido selecionadas no



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

acordo quadro. -----

----- Assim e caso seja interesse do Município poder vir a recorrer a este tipo de procedimento concursal, proponho que seja deliberado no sentido do Município recorrer à Central de Compras Eletrónica da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, sempre que o julgar adequado e oportuno aos interesses do Município. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do Regulamento Orgânico e de Funcionamento da Central de Compras Eletrónica da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, que se encontra anexo à presente informação. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 - ÁGUAS E SANEAMENTO

3.2.1 - Comunicação nº 584 de 04/02/2014 - Consumo de água

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Águas, do seguinte teor: -----

----- "Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma comunicação da Srª Lourdes de Jesus Martins, respeitante ao contador nº 000001, instalado na casa de habitação, na localidade de Casal da Lapa, referente ao consumidor nº 14281 (Sr. Paulo António Martins Carlos). -----

----- É referido na comunicação um consumo anómalo de 123 metros cúbicos. -----

----- Tendo sido verificado o diferencial de leituras por parte dos serviços, informa-se que o valor do mesmo é de 213 m³, sendo que a metragem referida deu origem à fatura/recibo nº 4530/2014 no valor de 776,98 €, sendo 648,97 € referente ao consumo em si e o remanescente respeitante a demais encargos. -----

----- Face ao exposto, deixa-se à consideração superior o procedimento a adotar no respeitante à fatura/recibo em causa." -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade que seja faturado metade do consumo da água e que o restante seja liquidado em seis prestações mensais. A falta de pagamento de uma das prestações, é de imediato cobrada a importância total.

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----




